relatorio

## Introdução

Esta seção busca verificar a hipótese de que o juiz de instrução e julgamento que atuou no controle do inquérito policial é afetado pelo viés de confirmação ou contaminação subjetiva. Segundo esse viés, o magistrado formaria sua convicção sobre o caso previamente à fase de instrução processual.

Nossa hipótese central é que a participação do juiz no controle do inquérito policial não gera tal viés, e sustentaremos essa hipótese com dados sobre criminalidade e a respectiva resposta dos órgãos do sistema de justiça criminal: Polícia, Ministério Público, juiz de primeira instância e órgãos julgadores de segunda instância, argumentando que o segundo grau de jurisdição, em geral, atua como um filtro de maior rigor, garantindo a justiça e a legalidade das decisões. Para tanto, analisaremos dados sobre a criminalidade no Brasil e em São Paulo, a evolução dos casos ao longo da persecução penal, e os resultados das apelações no Tribunal de Justiça de São Paulo

Para testar o eventual viés de confirmação, faz-se necessário identificar metodologias adequadas para mensurar o fenômeno, o que representa um desafio significativo no campo das ciências sociais ([Kellstedt; Whitten, 2021](#ref-kellstedt2021fundamentos)). Isso porque, diferentemente das ciências exatas, em que o objeto de interesse pode ser mensurado diretamente, é frequente nas ciências sociais e aplicadas a mensuração indireta, especialmente quando o objeto apresenta um alto grau de abstração. Com efeito, o viés de confirmação é um construto e não pode ser medido diretamente. Ele só pode ser medido por via indireta e a decisão de como operacionalizá-lo em variáveis concretas e quais os indicadores serão utilizados para medi-lo cabe ao pesquisador, fundamentado em pesquisa bibliográfica, discussão com seus pares e observação dos dados disponíveis.

Há um ampla bibliografia sobre a escolha e construção de escalas para a mensuração de conceitos abstratos([Carmines; Zeller, 1979](#ref-carmines1979reliability); [DeVellis, 2016](#ref-devellis2016scale); [Netemeyer et al., 2003](#ref-netemeyer2003scaling)). E quanto ao viés de contaminação, este pode ser medido por mais de uma via. Pode-se comparar decisões de juízes que atuaram em ambas as fases com juízes que só atuaram na instrução e julgamento. No entanto, essa opção não é viável na presente pesquisa porque os juizados de garantia são de implementação recente.

Igualmente, pode-se medir por meio de experimento, criando grupos de tratamento (juiz que atuaram em ambas as fases) e controle (juiz que só atuaram na fase de julgamento) e verificar se algum dos grupos é mais severo. No entanto, experimento em casos criminais reais implicariam em potenciais violações éticas.

Esta pesquisa optou por quantificar o grau de contaminação do juiz de primeiro grau mediante a verificação da taxa de manutenção das sentenças nas decisões colegiadas de segundo grau. Isso porque o juiz de segunda instância está distante dos fatos e da investigação e analisaria os autos com maior imparcialidade.

Curioso é que diversos estudos têm apontado a existência de uma baixa taxa de reversão nos recursos da defesa([Castro, 2021](#ref-de2021ideologia); [Junior; Arake, 2019](#ref-junior2019taxa); [SORRENTINO, 2022](#ref-sorrentino2022taxa)), considerando que haveria uma presunção de correção da decisão judicial em primeira instância, dada sua maior proximidade ao fatos. Nessa perspectiva, as cortes superiores tenderiam a revisar apenas situações em que a decisão é claramente contrária à prova nos autos ou, como atesta ([SORRENTINO, 2022](#ref-sorrentino2022taxa)), a reversão das decisões na apelação da defesa, quando ocorre, em sua maioria, serve para ajustar a dosimetria da pena.

Dessa forma, a análise focará na comparação entre decisões de segunda instância que confirmam ou não decisões de primeira instância. Além disso, serão apresentados dados sobre o perfil do processamento dos casos criminais na polícia e no judiciário.

O presente texto oferece uma visão geral da criminalidade no Brasil e especificamente em São Paulo, bem como, a resposta ao crime de cada uma das instâncias do sistema de justiça criminal. O objetivo é, num primeiro momento, mostrar a quantidade de ocorrências criminais e a reduzida parcela dela que é processada pela justiça e a parcela ainda menor que leva a uma condenação. Nessa primeira parte, o objetivo não é demonstrar que há ou não viés de confirmação, mas evidenciar que ao juiz somente chega uma parcela diminuta da criminalidade, cuja prova da materialidade delitiva e da autoria já passaram pelo crivo das polícias e do Ministério Público.

No segundo momento, dessa pequena parcela da criminalidade que é processada, verificar se há viés de confirmação nas decisões dos juízes que atuaram tanto na fase investigatória quanto na fase de instrução e julgamento.

## Visão geral da criminalidade no Brasil e em São Paulo

A [Tabela 1](#tbl-senasp) mostra os números dos principais crimes no Brasil, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.[[1]](#footnote-21).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 1: Principais crimes no Brasil de 2015 a 2022   | Crime | Total | | --- | --- | | 2015 | | | Estupro | 43591 | | Furto de veículo | 268950 | | Homicídio doloso | 49628 | | Lesão corporal seguida de morte | 723 | | Roubo a instituição financeira | 1271 | | Roubo de carga | 19325 | | Roubo de veículo | 237268 | | Roubo seguido de morte (latrocínio) | 2193 | | Tentativa de homicídio | 43037 | | 2016 | | | Estupro | 46779 | | Furto de veículo | 278923 | | Homicídio doloso | 51645 | | Lesão corporal seguida de morte | 782 | | Roubo a instituição financeira | 1081 | | Roubo de carga | 24186 | | Roubo de veículo | 271730 | | Roubo seguido de morte (latrocínio) | 2416 | | Tentativa de homicídio | 42019 | | 2017 | | | Estupro | 50513 | | Furto de veículo | 263222 | | Homicídio doloso | 53381 | | Lesão corporal seguida de morte | 997 | | Roubo a instituição financeira | 843 | | Roubo de carga | 25754 | | Roubo de veículo | 276707 | | Roubo seguido de morte (latrocínio) | 2383 | | Tentativa de homicídio | 40144 | | 2018 | | | Estupro | 53233 | | Furto de veículo | 241500 | | Homicídio doloso | 46321 | | Lesão corporal seguida de morte | 906 | | Roubo a instituição financeira | 719 | | Roubo de carga | 21636 | | Roubo de veículo | 244954 | | Roubo seguido de morte (latrocínio) | 1874 | | Tentativa de homicídio | 36247 | | 2019 | | | Estupro | 53936 | | Furto de veículo | 219381 | | Homicídio doloso | 37847 | | Lesão corporal seguida de morte | 851 | | Roubo a instituição financeira | 426 | | Roubo de carga | 17619 | | Roubo de veículo | 184729 | | Roubo seguido de morte (latrocínio) | 1490 | | Tentativa de homicídio | 34558 | | 2020 | | | Estupro | 48132 | | Furto de veículo | 174018 | | Homicídio doloso | 40470 | | Lesão corporal seguida de morte | 738 | | Roubo a instituição financeira | 327 | | Roubo de carga | 13239 | | Roubo de veículo | 140086 | | Roubo seguido de morte (latrocínio) | 1330 | | Tentativa de homicídio | 31914 | | 2021 | | | Estupro | 52560 | | Furto de veículo | 186295 | | Homicídio doloso | 38137 | | Lesão corporal seguida de morte | 512 | | Roubo a instituição financeira | 386 | | Roubo de carga | 13494 | | Roubo de veículo | 136794 | | Roubo seguido de morte (latrocínio) | 1389 | | Tentativa de homicídio | 30951 | | 2022 | | | Estupro | 58087 | | Furto de veículo | 219548 | | Homicídio doloso | 37439 | | Lesão corporal seguida de morte | 591 | | Roubo a instituição financeira | 245 | | Roubo de carga | 13089 | | Roubo de veículo | 141227 | | Roubo seguido de morte (latrocínio) | 1188 | | Tentativa de homicídio | 31089 | |

Uma outra fonte relevante é o Atlas da Violência, mantido pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada(IPEA)[[2]](#footnote-23) Embora os homicídios não representem toda a criminalidade, muitos institutos de pesquisa optam por divulgar estatísticas de homicídio porque ele tem maior probabilidade de ser reportado às autoridades que outros crimes. A cifra oculta do homicídio tende a ser menor. O homicídio também está correlacionado com outros crimes, onde há altas taxas de homicídio, há também altas taxas de outros crimes. Além disso, ele é um crime de mais fácil comparação entre países para medir medir a violência [[3]](#footnote-24).

O [Figura 1](#fig-homicidios) mostra a evolução das taxas de homicídio ao longo dos anos, segundo o Atlas da Violência do IPEA [[4]](#footnote-25).

|  |
| --- |
| Figura 1: Homicídios no Brasil (1989–2023) |

A [Tabela 2](#tbl-criminalidade) revela a criminalidade no estado de São Paulo de 2020a 2024, segundo a Secretaria de Segurança Pública[[5]](#footnote-30)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 2: Criminalidade no estado de São Paulo entre 2020 e 2024   | Crime | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | TOTAL | 1132858 | 1248043 | 1423496 | 1425671 | 1340764 | | HOMICÍDIO DOLOSO (2) | 2893 | 2708 | 2909 | 2605 | 2517 | | Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3) | 3038 | 2841 | 3044 | 2728 | 2630 | | HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO | 19 | 10 | 19 | 10 | 20 | | Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO | 26 | 11 | 22 | 18 | 23 | | HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO | 3167 | 3316 | 3391 | 3870 | 4129 | | HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS | 132 | 143 | 110 | 161 | 115 | | TENTATIVA DE HOMICÍDIO | 3200 | 3300 | 3499 | 3615 | 3572 | | LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE | 122 | 76 | 94 | 82 | 138 | | LESÃO CORPORAL DOLOSA | 112021 | 116191 | 132149 | 147211 | 153222 | | LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO | 55486 | 58556 | 61640 | 68820 | 73323 | | LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS | 2742 | 2705 | 2808 | 3131 | 2752 | | LATROCÍNIO | 179 | 166 | 178 | 163 | 166 | | Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO | 183 | 173 | 178 | 166 | 170 | | TOTAL DE ESTUPRO (4) | 11023 | 11762 | 13240 | 14514 | 14579 | | ESTUPRO | 2619 | 2661 | 2970 | 3373 | 3410 | | ESTUPRO DE VULNERÁVEL | 8404 | 9101 | 10270 | 11141 | 11169 | | TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1) | 218839 | 225706 | 242991 | 228028 | 193658 | | ROUBO - OUTROS | 212892 | 219159 | 236644 | 221955 | 188945 | | ROUBO DE VEÍCULO | 31891 | 33041 | 41721 | 37471 | 31696 | | ROUBO A BANCO | 29 | 18 | 16 | 10 | 2 | | ROUBO DE CARGA | 5918 | 6529 | 6331 | 6063 | 4711 | | FURTO - OUTROS | 392311 | 470200 | 562610 | 576278 | 555821 | | FURTO DE VEÍCULO | 65724 | 79670 | 96662 | 94258 | 93996 | |

## Resposta policial à criminalidade no estado de São Paulo

A [Tabela 3](#tbl-produtividade) mostra as ocorrências criminais registradas pela polícia em São Paulo[[6]](#footnote-33) , bem como, o número de flagrantes e o número de inquéritos policiais registrados. Quando comparamos com o total de ocorrências mostradas na [Tabela 2](#tbl-criminalidade), verificamos que o número é inquéritos instaurados é quatro vezes menor do que o número de crimes que chegam ao conhecimento das autoridades policiais. Se considerarmos a cifra oculta, ou seja, a criminalidade que não chega ao conhecimento das autoridades policiais, essa relação aumentaria para dez vezes. Com efeito, as pesquisas baseadas na PNAD indicam que 62,55% da criminalidade não é comunicada à polícia([Caetano et al., 2020](#ref-caetano2020determinantes)).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 3: Ocorrências criminais registradas pela polícia de 2020 a 2024   | Produtividade | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | OCORRÊNCIAS DE PORTE DE ENTORPECENTES | 13676 | 13983 | 14682 | 14690 | 13264 | | OCORRÊNCIAS DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES | 41560 | 38619 | 33682 | 35784 | 37753 | | OCORRÊNCIAS DE APREENSÃO DE ENTORPECENTES(1) | 4602 | 4945 | 4065 | 5487 | 5521 | | OCORRÊNCIAS DE PORTE ILEGAL DE ARMA | 4441 | 4145 | 4590 | 5548 | 5407 | | Nº DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS | 11553 | 11787 | 10239 | 11754 | 14220 | | Nº DE FLAGRANTES LAVRADOS | 88125 | 92112 | 88717 | 93475 | 99207 | | Nº DE INFRATORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE | 11177 | 9233 | 9044 | 8306 | 7521 | | Nº DE INFRATORES APREENDIDOS POR MANDADO | 1911 | 2006 | 1765 | 2154 | 1890 | | Nº DE INFRATORES PRESOS EM FLAGRANTE | 104081 | 108363 | 103801 | 109387 | 114159 | | Nº DE INFRATORES PRESOS POR MANDADO | 55012 | 55805 | 60777 | 67286 | 78176 | | Nº DE PRISÕES EFETUADAS | 137555 | 142864 | 146359 | 162792 | 166718 | | Nº DE VEÍCULOS RECUPERADOS | 39099 | 38009 | 41927 | 49366 | 56170 | | TOT. DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS | 326359 | 356623 | 359598 | 374121 | 382606 | |

## Resposta do Ministério Público à criminalidade no estado de São Paulo

A [Tabela 4](#tbl-denuncias) mostra número de denúncias oferecidas pelo Ministério Público ao longo dos anos. Quando comparado ao número total de ocorrências criminais, o número de denúncias é significativamente pequeno[[7]](#footnote-36).

A comparação entre o número de ocorrências criminais e o número de denúncias oferecidas pelo Ministério Público (**?@tbl-criminialidade** e [Tabela 4](#tbl-denuncias)) revela que apenas uma pequena parcela dos crimes é efetivamente processada pela justiça. Isso pode ser resultado de diversos fatores, como a falta de provas, a dificuldade em identificar os autores dos crimes, e a sobrecarga do sistema de justiça.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 4: Denúncias recebidas pelo TJSP   | ano | total | | --- | --- | | 2018 | 67079 | | 2019 | 69323 | | 2020 | 41288 | | 2021 | 59251 | | 2022 | 198595 | | 2023 | 138709 | |

# Resposta do Judiciário à criminalidade no estado de São Paulo

O TJSP forneceu informações anuais de sentenças em primeiro grau bem como de acórdãos em segundo grau. As sentenças de primeiro grau vieram sem o número de processo, apenas o ano, 2018 a 2023, a classe processual, o assunto (crime) e o resultado do julgamento. Assim mesmo, a lista de crimes não veio padronizada. Por exemplo, furto, ora veio como furto, ora como furto(155) ou furto(art. 155). Como a lista é muito grande, optou-se por submeter a lista uma API de inteligência artificial generativa[[8]](#footnote-39) para padronizá-la com instruções como remover a qualificadora e juntar crimes específicos na modalidade genérica.

A lista do segundo grau veio com o número do processo, a classe processual, o assunto(crime), a data da distribuição, a data do julgado, o apelante e o resultado o julgamento.

## Decisões de primeiro grau

A tabela abaixo mostra a quantidade de sentenças prolatadas por ano de 2018 a 2023. O TJSP não forneceu informações de 2024. Para essa pesquisa, no entanto, é relevante ter os dados de 2022 e 2023, quando a pandemia já havia sido superada. Além disso, ao longo do levantamento, esses dados são os mais consistentes e próximos das coleta.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 5: Quantidade de sentenças por ano de 2018 a 2023 em São Paulo   | Ano | Total | | --- | --- | | 2018 | 119453 | | 2019 | 126730 | | 2020 | 68101 | | 2021 | 100524 | | 2022 | 116769 | | 2023 | 139028 | |

A [Tabela 6](#tbl-sentenca-merito) mostra a quantidade de decisões anuais conforme o mérito. Algumas sentenças são mistas, no sentido de que condenaram um ou mais réus e absolveram outros.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 6: Sentenças anuais no TJSP conforme o mérito   | Mérito | Total | Percentual | | --- | --- | --- | | 2018 | | | | Absolvição | 18114 | 15.2% | | Condenação | 89841 | 75.2% | | Condenação/Absolvição | 11498 | 9.6% | | 2019 | | | | Absolvição | 19513 | 15.4% | | Condenação | 92955 | 73.3% | | Condenação/Absolvição | 14262 | 11.3% | | 2020 | | | | Absolvição | 9828 | 14.4% | | Condenação | 50383 | 74.0% | | Condenação/Absolvição | 7890 | 11.6% | | 2021 | | | | Absolvição | 17500 | 17.4% | | Condenação | 71940 | 71.6% | | Condenação/Absolvição | 11084 | 11.0% | | 2022 | | | | Absolvição | 21743 | 18.6% | | Condenação | 81390 | 69.7% | | Condenação/Absolvição | 13636 | 11.7% | | 2023 | | | | Absolvição | 25008 | 18.0% | | Condenação | 96850 | 69.7% | | Condenação/Absolvição | 17170 | 12.4% | |

A [Tabela 7](#tbl-crimes_primeiro_grau) mostra o número de sentenças desagregadas por crime. O tráfico de drogas segue sendo o crime com o maior número de processos, seguido pelo furto, roubo e violência doméstica.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 7: Número de sentenças por crime e ano no TJSP   | Crime | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | Tráfico de drogas | 25258 | 27056 | 17557 | 19903 | 19857 | 24280 | | Furto | 22441 | 23591 | 10984 | 15258 | 19067 | 23949 | | Roubo | 16985 | 15927 | 9448 | 9717 | 10733 | 14273 | | Violência doméstica | 7135 | 7816 | 3541 | 7372 | 8685 | 10274 | | Ameaça | 3215 | 4419 | 2888 | 7247 | 8607 | 9517 | | Crimes de trânsito | 6986 | 6987 | 2946 | 4193 | 4525 | 4876 | | Receptação | 5584 | 5532 | 2413 | 3381 | 4003 | 5338 | | Posse de drogas para consumo pessoal | 3966 | 3773 | 1534 | 2272 | 2233 | 2232 | | Crimes do Sistema Nacional de Armas | 3813 | 3829 | 1628 | 1980 | 2164 | 2379 | | Homicídio | 2902 | 2811 | 1300 | 2092 | 3230 | 3507 | | Estupro de vulnerável | 1621 | 1872 | 1140 | 1813 | 2739 | 3466 | | Lesão corporal | 3303 | 2536 | 901 | 983 | 931 | 794 | | Estelionato | 2791 | 3165 | 1321 | 2065 | 2592 | 3024 | | Contravenções penais | 1983 | 2099 | 966 | 1481 | 1758 | 1638 | | Associação criminosa para produção e tráfico de drogas | 211 | 1004 | 836 | 1205 | 748 | 324 | |

## Apelações

A análise dos dados da segunda instância optou por usar duas abordagens. A primeira considerou os dados fornecidos pelo TJSP em resposta à solicitação desta pesquisa. A segunda considerou dados coletados via raspagem de dados, cuja metodologia será explicada mais adiante.

A primeira abordagem considerou todas as apelações julgadas entre 2015 e 2023. Essa base contêm informações do crime, do apelante, da data do julgamento, da data da autuação e da decisão de mérito. No entanto, ela não faz qualquer referência ao resultado do julgado de primeira instância. Além disso, muitos processos iniciaram antes de 2015 e há poucas informações disponíveis de processos iniciados antes desse período.

Para superar essa limitação, adotou-se uma segunda abordagem, que foi coletar via raspagem de dados, as informações processuais. No entanto, como o volume é grande, quase 500 mil processos distribuídos desde 2015, preferiu-se obter uma amostra, conforme regras explicadas mais adiante. Uma das vantagens dessa amostra foi poder acessar mais detalhes processuais, como a informação do número de processos em que houve flagrante.

### Análise da base com todas as apelações

A [Tabela 8](#tbl-resultadoApelacoes) mostra os resultados das apelações conforme o apelante e o ano. É fácil ver que as apelações da defesa são em maior número. No entanto, esta alcança uma menor taxa de provimento quando comparada às apelações do Ministério Público.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 8: Resultado das apelações no TJSP em matéria criminal conforme o ano e o apelante   | Apelante | Decisão | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | Ministério Público | Anulado | 30 | 23 | 17 | 20 | 17 | 9 | 6 | 9 | 9 | | Ministério Público | Desistência | 1 | 1 | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | Ministério Público | Extinção da punibilidade | 480 | 276 | 228 | 207 | 153 | 81 | 65 | 64 | 75 | | Ministério Público | Não-provimento | 4183 | 3713 | 2969 | 2861 | 2885 | 2586 | 2219 | 2724 | 2700 | | Ministério Público | Prejudicado/extinto | 14 | 8 | 11 | 13 | 15 | 18 | 14 | 13 | 15 | | Ministério Público | Provimento | 3438 | 3155 | 2787 | 2794 | 2916 | 2287 | 1882 | 2176 | 2103 | | Ministério Público | Provimento parcial | 2378 | 2328 | 1924 | 1717 | 1603 | 1161 | 1045 | 1352 | 1198 | | Ministério Público | NA | 189 | 89 | 136 | 140 | 130 | 308 | 332 | 153 | 50 | | Defesa | Anulado | 208 | 204 | 176 | 208 | 208 | 145 | 103 | 130 | 109 | | Defesa | Conversão em diligência | 10 | 4 | 7 | 4 | 9 | 95 | 34 | 14 | 31 | | Defesa | Desistência | 10 | 5 | 7 | 14 | 13 | 15 | 13 | 20 | 18 | | Defesa | Extinção da punibilidade | 4385 | 2593 | 2130 | 2588 | 2319 | 1387 | 1394 | 1449 | 1322 | | Defesa | Não-provimento | 43493 | 42402 | 40677 | 43604 | 48346 | 40838 | 31948 | 37211 | 38491 | | Defesa | Prejudicado/extinto | 166 | 114 | 139 | 149 | 182 | 160 | 158 | 173 | 193 | | Defesa | Provimento | 5239 | 4677 | 4116 | 4688 | 5143 | 4361 | 3865 | 4535 | 4461 | | Defesa | Provimento parcial | 27564 | 27271 | 26158 | 31082 | 32865 | 27758 | 22837 | 26120 | 24598 | | Defesa | NA | 1305 | 762 | 901 | 1260 | 1457 | 3966 | 3954 | 1778 | 728 | | Ministério Público | Conversão em diligência | NA | 4 | 1 | NA | 2 | 5 | 1 | 2 | 4 | | Ministério Público | Provimento/não-provimento | NA | NA | NA | 10 | 135 | 175 | 116 | 142 | 132 | | Defesa | Provimento/não-provimento | NA | NA | NA | 115 | 1400 | 2468 | 2257 | 2682 | 2466 | | Defesa | Não conhecido | NA | NA | NA | NA | 4 | 13 | 26 | 18 | 8 | | Ministério Público | Não conhecido | NA | NA | NA | NA | NA | NA | 6 | 1 | NA | |

Na [Figura 2](#fig-apelacao_defesa_mp) são mostrados somente as decisões com mérito. Algumas transformações foram realizadas. Quando a apelação foi da defesa, o provimento parcial foi equiparada ao não provimento. Quando a apelação foi do Ministério Público, o provimento parcial foi equiparado a provimento. Isso porque o privimento parcial para a defesa, via de regra, confirma a condenação mas mitiga seus efeitos com redução da pena ou mudança de regime. Já o provimento parcial para o Ministério Público possivelmente indica uma reversão de absolvição para condenação.

Nesse cenário, a segunda instância tende a condenar mais do que absolver.

|  |
| --- |
| Figura 2: Apelações |

A [Figura 3](#fig-linhaApelacoes) mostra os mesmos dados, mas em gráfico de linha. Aqui fica mais claro que há uma inversão. A defesa perde mais na segunda instância enquanto que o Ministério Público consegue mais reversões de absolvições.

|  |
| --- |
| Figura 3: Respostas do TJSP às apelações do MP e da defesa em matéria criminal |

A [Figura 4](#fig-pizza_mp) mostra somente o resultado das apelacões do Ministério Público em um gráfico de pizza com os percentuais. Nota-se claramente que há uma alta taxa de provimento para o Ministérip Público.

|  |
| --- |
| Figura 4: Respostas do TJSP às apelações do Ministério Público |

A [Figura 5](#fig-pizza_defesa) mostra somente o resultado das apelacões da defesa o em um gráfico de pizza com os percentuais. Verifica-se que as apelações da defesa tem uma baixa taxa de reversão.

|  |
| --- |
| Figura 5: Respostas do TJSP às apelações do Ministério Público |

Por fim, a [Figura 6](#fig-funil) mostra a queda do número dos crimes punidos ao longo da persecução penal.

|  |
| --- |
| Figura 6: Redução da persecução penal desde o crime até a sentença |

### Análise da amostra de processos

O levantamento das apelações acima descrito limita-se ao resultado das decisões de segunda instância, sem uma referência clara à decisão de primeira instância. Além disso, não informa quantas dessas decisões são resultado de flagrante.

O TJSP não disponibiliza uma lista completa de todos os processos distribuídos e tampouco a possibilidade de busca desses processos. Existe a opção de busca por [processos julgados](https://esaj.tjsp.jus.br/cjpg/), no entanto, ela não permite um controle sobre o ano da distribuição.

Para superar essa limitação, a pesquisa adotou a técnica de simular todas as distribuições possíveis de um processo judicial no TJSP. A construção do número do processo respeita as regras estabelecidas pela resolução 68/2008 do Conselho Nacional de Justiça. Os sete primeiros números são sequenciais, seguidos de dois dígitos verificacadores, calculados a partir dos demais números, seguidos do ano da distribuição, do número do segmento da justiça, do número do tribunal e do código do foro onde foi distruídos.

O dígito verificador é calculado usando o módulo 11, que basicamente usa aritmética modular para garantir a integridade e validade de um número, de modo a minimizar erros de digitação. Para chegar ao dígito verificador do número do CNJ, multiplica-se cada valor por um peso e divide-se a soma desses produtos por 11. O resto dessa divisão é o dígito. Como são dois dígitos, esse processo é realizado em duas etapas para obter um dígito de cada vez.

O TJSP forneceu os códigos de todos os distribuidores. Dessa forma, foi possível criar artificialmente todos os números de processos distribuídos por ano. Existe uma [API (aplication programming interface) do TJSP](https://api.tjsp.jus.br/) que permite consulta rápida mas não detalhada dos processos. Por ela, conhecemos o assunto, a classe processual e a data da distribuição. Esses dados foram suficientes para selecionar os processos a serem analisados.

Para evitar qualquer viés inserido pelo período pandêmico, foram coletados apenas processos distribuídos antes e depois desse período, ou seja, dos anos 2018, 2019, 2023 e 2024. Os anos de 2020 e 2021 foram excluídos. Além disso, foram excluídos os processos sobre crimes contra a vida e foram mantidas somente as ações penais em rito ordinário e rito sumário. Inquérito policial, rito sumaríssimo e rito do tribunal do júri foram excluídos.

Ao final, restaram 488.867 ações penais distribuídas nos quatro anos mencionados. Desse número, foi inicialmente retirada uma amostra aleatória de 20.192. A razão para amostrar, em vez de trabalhar com o universo populacional, está na limitação de tempo e de recursos computacionais iniciais. Ademais, uma amostra de 20.000 processos reduz a margem de erro significativamente.

* Tamanho da populacao:
* Amostra:
* Proporção estimada:
* Intervalo de confiança: 95% ()

A fórmula para cálcular da margem de erro é:

Aplicando os valores à fórmula:

Aplicando a correção para população finita:

Como a amostra representa uma fração significativa da população, aplicamos a Correção para População Finita (CPF).:

Ajustando a margem de erro:

Com uma amostra de 20.000 indivíduos de uma população de 488.867, a margem de erro (ME) para estimar uma proporção de 50% com 95% de confiança é de aproximadamente 0,679. Essa margem de erro é suficientemente baixa para estimar os valores totais.

Por meio da técnica de raspagem de dados, facilitada por um programa de computador já escrito e publicamente disponibilizado para uso em linguagem de progrmação R, o pacote TJSP([Jesus Filho; Trecenti, 2024](#ref-tjsp)), foram baixadas as movimentações processuais dessa amostra[[9]](#footnote-68).

Como o objetivo principal desse texto é verificar a taxa de confirmação, em segunda instância, da decisão de primeira instância, deveriam ser mantidos somente os processos com apelação apreciada por um câmara de direito criminal do TJSP. Assim, após baixar a movimentação processual, foram aplicados filtros para preservar somente os processos com acórdãos.

Acontece que nem sempre essa informação estava explícita e, a partir da amostra, verificou-se que menos de 1/6 (um sexto) dos processos baixados continham informações completas. Dessa forma, optou-se por aumentar a amostra para 140.066processos.

Dessa amostra, foram coletados aqueles processos com a informação do resultado da segunda instância em relação à primeira instância. A [Tabela 9](#tbl-primeira_segunda) mostra que a segunda instância raramente reverte sentenças absolutórias.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 9: Decisões de segunda instância do TJSP em relação à primeira instância.   | sentenca | acordao | n | | --- | --- | --- | | Sentença Confirmada | Condenatória | 13273 | | Sentença Reformada | Absolutória | 36 | | Sentença Reformada | Condenatória | 9444 | |

A [Figura 7](#fig-primeira_segunda) mostra os mesmos dados da [Tabela 9](#tbl-primeira_segunda) e deixa bem claro que a segunda instância tende a condenar mais que a primeira instância. A taxa de absolvição na segunda instância, quando houve condenação na primeira, é mínima (0,16%).

|  |
| --- |
| Figura 7: Decisões de segunda instância do TJSP em relação à primeira instância. |

### Registros de flagrantes na justiça

Por fim, cabe mencionar que, da amostra de 140.066, em 70.610 há informação de que houve auto de prisão em flagrante. Não é tão simples coletar essa informação, pois nem sempre está explícita e o tribunal não informa, na tabela de documentos, qual documento é auto de flagrante. Certo é que, ao menos a metade dos processos são resultado de flagrante.

## Conclusão

Os resultados deste estudo sugerem que a participação do juiz no controle do inquérito policial não resulta em contaminação ou viés de confirmação que prejudique sua imparcialidade na fase de instrução e julgamento. A análise das apelações revelou que o Tribunal de Justiça de São Paulo mantém uma postura rigorosa na análise das decisões de primeiro grau, demonstrando uma tendência sistemática de confirmar as decisões de primeiro grau. Na maioria das vezes em que reforma uma decisão de primeira instância, a segunda instância o faz para condenar. A ausência de contaminação pode ser atribuída a diversos fatores, como o treinamento dos juízes, o sistema de recursos, e a cultura de imparcialidade presente no Poder Judiciário. A maior severidade do segundo grau, conforme observado, parece estar relacionada a uma busca por uma decisão mais justa e fundamentada, e não a uma contaminação do juiz. É importante frisar a impossibilidade de medir diretamente o viés de contaminação dos casos analisados. Por essa razão optou-se por usar um indicador que é a taxa de reversão das decisões de primeiro grau na segunda instância.

## Bibliografia

ALLAIRE, JJ; DERVIEUX, Christophe. *quarto: R Interface to ’Quarto’ Markdown Publishing System*. [S.l: s.n.], 2024. <<https://CRAN.R-project.org/package=quarto>>.

CAETANO, Fábio Massaúd; RIBEIRO, Felipe Garcia; YEUNG, Luciana; GHIGGI, Marina Portella. Determinantes da cifra oculta do crime no Brasil: uma análise utilizando os dados da PNAD 2009. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 50, n. 4, p. 647–670, 2020.

CARMINES, Edward G.; ZELLER, Richard A. *Reliability and Validity Assessment*. Beverly Hills, CA: SAGE Publications, 1979. v. 17. (Quantitative Applications em the Social Sciences).

CASTRO, Alexandre Samy De. *Ideologia judicial e polı́tica judiciária: Como os magistrados de apelação responderam à reforma do sistema de medidas cautelares penais (Lei no 12.403/2011)?* [S.l.]: Texto para Discussão, 2021.

DARÓCZI, Gergely; TSEGELSKYI, Roman. *pander: An R ’Pandoc’ Writer*. [S.l: s.n.], 2022. <<https://CRAN.R-project.org/package=pander>>.

DEVELLIS, Robert F. *Scale Development: Theory and Applications*. 4. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2016. v. 26. (Applied Social Research Methods Series).

GOHEL, David; MOOG, Stefan. *officer: Manipulation of Microsoft Word and PowerPoint Documents*. [S.l: s.n.], 2024. <<https://CRAN.R-project.org/package=officer>>.

GOHEL, David; ROSS, Noam. *officedown: Enhanced ’R Markdown’ Format for ’Word’ and ’PowerPoint’*. [S.l: s.n.], 2024. <<https://CRAN.R-project.org/package=officedown>>.

GOHEL, David; SKINTZOS, Panagiotis. *flextable: Functions for Tabular Reporting*. [S.l: s.n.], 2024. <<https://CRAN.R-project.org/package=flextable>>.

JESUS FILHO, José De; TRECENTI, Julio. *Coleta e organização de dados do Tribunal de Justiça de São Paulo*. [S.l: s.n.], 2024. <<https://tjsp.consudata.com.br>>.

JUNIOR, Ivo Teixeira Gico; ARAKE, Henrique Haruki Cavalcante. Taxa de recorribilidade, taxa de reversibilidade e eficiência judicial. *Revista Eletrônica do curso de Direito da UFSM*, v. 14, n. 1, p. e31820–e31820, 2019.

KELLSTEDT, Paul M; WHITTEN, Guy D. *Fundamentos da pesquisa em ciência polı́tica*. [S.l.]: Editora Blucher, 2021.

NETEMEYER, Richard G.; BEARDEN, William O.; SHARMA, Subhash. *Scaling Procedures: Issues and Applications*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2003.

SORRENTINO, LUCIANA YUKI FUGISHITA. TAXA DE REVERSIBILIDADE: ESTUDO DE CASO NA SEARA DAS SENTENÇAS CRIMINAIS E DA DOSIMETRIA DA PENA. *Revista de Polı́tica Judiciária, Gestão e Administração da Justiça*, v. 8, n. 2, 2022.

VAN BREEN, Jolien A; DEVARAKONDA, Sri Kruthi; LIEM, Marieke. Can homicide serve as an indicator of non-lethal crime? A systematic literature review. *International criminology*, v. 3, n. 2, p. 99–115, 2023.

WICKHAM, Hadley. *ggplot2: Elegant Graphics for Data Analysis*. [S.l.]: Springer-Verlag New York, 2016. <<https://ggplot2.tidyverse.org>>.

WICKHAM, Hadley. *httr: Tools for Working with URLs and HTTP*. [S.l: s.n.], 2023a. <<https://CRAN.R-project.org/package=httr>>.

WICKHAM, Hadley. *stringr: Simple, Consistent Wrappers for Common String Operations*. [S.l: s.n.], 2023b. <<https://CRAN.R-project.org/package=stringr>>.

WICKHAM, Hadley; FRANÇOIS, Romain; HENRY, Lionel; MÜLLER, Kirill; VAUGHAN, Davis. *dplyr: A Grammar of Data Manipulation*. [S.l: s.n.], 2023. <<https://CRAN.R-project.org/package=dplyr>>.

WICKHAM, Hadley; HESTER, Jim; OOMS, Jeroen. *xml2: Parse XML*. [S.l: s.n.], 2023. <<https://CRAN.R-project.org/package=xml2>>.

WICKHAM, Hadley; OOMS, Jeroen; MÜLLER, Kirill. *RPostgres: C++ Interface to PostgreSQL*. [S.l: s.n.], 2024. <<https://CRAN.R-project.org/package=RPostgres>>.

1. Fonte: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica. Acessado em 27 de maio de 2025. [↑](#footnote-ref-21)
2. Segundo o IPEA, o Atlas da Violência é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016 e é gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) [↑](#footnote-ref-23)
3. para uma revisão da literatura acerca do tema, consulte ([Van Breen et al., 2023](#ref-van2023can)) [↑](#footnote-ref-24)
4. Dado obtido via API do IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/api. Acessado em 27 de maio de 2025. [↑](#footnote-ref-25)
5. Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Disponível em: https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados-mensais. Acessado em 27 de maio de 2025. [↑](#footnote-ref-30)
6. Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Disponível em: https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados-mensais. Acessado em 27 de maio de 2025. [↑](#footnote-ref-33)
7. Fonte: Tribunal de Justiça de São Paulo. Dados fornecidos a pedido do autor. Acessado em 27 de maio de 2025. [↑](#footnote-ref-36)
8. Foi criada uma instrução para o GPT da empresa OPENAI, cf: https://openai.com/api/, a fim de que esta padronizasse os nomes dos crimes. [↑](#footnote-ref-39)
9. A coleta e análise dos da [↑](#footnote-ref-68)